

**Por um alargamento da compreensão de Educação
Matemática Inclusiva: gêneros e sexualidades na ordem do
dia**

**For a broadening of the understanding of Inclusive
Mathematics Education: genders and sexualities on the
agenda**

Glauber Carvalho da Silva¹

Flavio Augusto Leite Taveira²

Aginaldo da Conceição Esquincalha³

RESUMO

O campo da Educação Matemática tem, no Brasil, um compromisso institucional com as demandas da Educação Inclusiva desde a criação, pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática, do Grupo de Trabalho 13: “Diferença, Inclusão e Educação Matemática”, em 2013. Diante disso, em um primeiro momento, as pesquisas retratadas por produções apresentadas nos principais eventos de Educação Matemática brasileiros versavam majoritariamente sobre a Educação Matemática de pessoas apoiadas pela Educação Especial. Neste sentido, este artigo tem por objetivo defender um alargamento da compreensão de Educação Matemática Inclusiva, em particular, considerando os marcadores sociais de gênero e sexualidade, e seus impactos nos processos de produção, ensino e aprendizagem de Matemática. Para isso, nos valem da construção de um estado do conhecimento a partir dos anais das três primeiras edições do Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (ENEMI), a fim de verificar se há ou não entendimento, no ENEMI, de que as questões de gênero e sexualidade fariam parte do escopo da Educação Matemática Inclusiva, e quais seriam essas tendências de pesquisa. Os resultados mostram que, embora nas duas primeiras edições do evento o tema tenha sido apenas tangenciado, isso mudou bastante na terceira, apontando para a existência de uma agenda de pesquisa na área.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Matemática Inclusiva. Gênero. Sexualidade. ENEMI. Estado do Conhecimento.

ABSTRACT

The field of Mathematics Education has, in Brazil, an institutional commitment to the demands of Inclusive Education since the creation, by the Brazilian Society of Mathematics Education, of Working

¹ Universidade de São Paulo. E-mail: glaubercarvalho90@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1576-7194>.

² Universidade Estadual Paulista. E-mail: flavio.taveira@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3980-4650>.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: agnaldo@im.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5543-6627>.



Group 13: “Difference, Inclusion and Mathematics Education”, in 2013. In view of this, at first, the research portrayed by productions presented at the main Brazilian Mathematics Education events were mostly about Mathematics Education of people supported by Special Education. In this sense, this article aims to defend a broadening of the understanding of Inclusive Mathematics Education, in particular, considering the social markers of gender and sexuality, and their impacts on the processes of production, teaching and learning of Mathematics. To do this, we use the construction of a state of knowledge based on the Annals of the first three editions of the National Meeting of Inclusive Mathematics Education (ENEMI), in order to verify whether or not there is an understanding, in ENEMI, that gender and sexuality issues would be part of the scope of Inclusive Mathematics Education, and what these research trends would be. The results show that, although in the first two editions of the event the topic was only touched upon, this changed significantly in the third, pointing to the existence of a research agenda in the area.

KEYWORDS: Inclusive Mathematics Education. Gender. Sexuality. ENEMI. State of Knowledge.

Introdução

Um espectro ronda a Educação Matemática brasileira – o espectro da Inclusão. É com este trecho, fazendo alusão ao clássico Manifesto do Partido Comunista, publicado por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, que iniciamos este texto, por compreender a emergência/efervescência das discussões em/de/sobre Educação Matemática Inclusiva, no Brasil, que entendem, como um de seus escopos, as questões que tratam de identidade, diferença e exclusão a partir dos marcadores sociais de gênero e sexualidade, considerando a interseccionalidade.

Assim sendo, a partir de uma abordagem interpretativa de algumas produções científicas da área e de alguns esforços recentes da comunidade da Educação Matemática brasileira, objetivamos, neste texto, defender a necessidade, a pertinência e a urgência de adotarmos uma compreensão ampla de Educação Matemática Inclusiva, considerando as discussões sobre gêneros e sexualidades e suas relações com os processos de produção, ensino e aprendizagem de Matemática, acompanhando esforços recentes, demonstrados por pesquisas em Educação Matemática nos tempos hodiernos (Agnaldo da Conceição Esquincalha, 2022⁴; Flavio Augusto Leite Taveira; Deise Aparecida Peralta, 2022; Peralta, 2022a; 2022b; Paula Cristina Constantino Santos; Taveira; Peralta, 2022; Taveira, 2023). Para cumprir com nosso objetivo, vamos analisar artigos produzidos e publicados nos anais das três primeiras edições do Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (ENEMI).

Em termos de estrutura, apresentamos um panorama das discussões sobre Educação Matemática Inclusiva no âmbito da pesquisa em Educação Matemática no Brasil, tendo em vista que este movimento histórico explica o surgimento do evento

⁴ No presente artigo, utilizamos os nomes completos das pessoas autoras (ou como usado por elas) sempre que citadas pela primeira vez, buscando dar mais visibilidade a elas e confrontar a cultura estabelecida de referenciar apenas pelo último sobrenome ao longo dos textos acadêmicos.

que teve seus trabalhos analisados. Em sequência, apresentamos os passos e os referenciais metodológicos que substanciam e fundamentam a presente pesquisa. Ao fim, apresentamos nossas análises e discussões relacionadas.

Educação Matemática Inclusiva no Brasil: um panorama

Pelo menos desde a criação, em 13 de outubro de 2013, do “Grupo de Trabalho 13 – Diferença, Inclusão e Educação Matemática” – ora denominado “GT 13 – da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM)”, a Educação Matemática brasileira, institucionalmente, se compromete a refletir/estudar/investigar aspectos relacionados à Educação Matemática Inclusiva. Contudo, isto se dava a partir de uma compreensão ainda muito limitada, na qual Educação Inclusiva e Educação Especial pareciam sinônimos – haja visto que as produções científicas em Educação Matemática Inclusiva se concentravam, sobretudo, em aspectos relacionados às práticas formativas em Matemática de/com pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Ainda assim esses foram os primeiros passos dados pela Educação Matemática Inclusiva, institucionalizada no âmbito de uma sociedade científica.

A afirmativa anterior sobre a compreensão ainda limitada de Educação Matemática Inclusiva, entendendo-a como sinônimo de Educação Matemática Especial – ou Educação Especial em Educação Matemática –, encontra sustentação em diversos fenômenos da área de Educação Matemática. Um desses fenômenos são os trabalhos submetidos, aceitos e apresentados em subeixos/eixos/grupos de discussão de eventos tradicionais em âmbito nacional de nossa área.

Como exemplo, vamos passear pelos anais (SBEM, s.d.) de algumas edições do Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM). Os trabalhos que compõem o Subeixo 5 – Práticas Inclusivas em Educação Matemática, do XIII ENEM, realizado em 2019 na cidade de Cuiabá, podemos observar que eles, majoritariamente, se referem a investigações, estudos e reflexões sobre uma formação para/pela/em/sobre Matemática para pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Do mesmo modo, ao nos debruçarmos sobre os trabalhos apresentados no XII ENEM, realizado na cidade de São Paulo em 2016, as pesquisas que majoritariamente se autointitulam sobre questões inclusivas se referem a trabalhos que tomam como foco a Educação Especial.

De igual maneira, ao voltarmos as atenções para a descrição do “Subeixo 1.4 – Inclusão e Educação Matemática”, relacionado ao “Eixo 1 – Práticas Escolares, do XI Encontro Nacional de Educação Matemática”, realizado em 2013 – ano de criação

do GT 13 no âmbito da SBEM – na cidade de Curitiba, constatamos que tal eixo concentra “ Estudos e experiências que abordem os processos de ensino e aprendizagem da matemática com pessoas que têm necessidades educacionais especiais”, tendo em vista que o tratamento de necessidades educacionais especiais é comumente realizado no âmbito da Educação Especial, mas não só.

Acerca da realização do X ENEM em 2010 na cidade de Salvador, por sua vez, observa-se que ainda não se havia constituído formalmente um grupo de trabalho no âmbito da Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Ainda assim, ao voltarmos as atenções para os trabalhos submetidos, aprovados e apresentados no Tema 19 – Educação Matemática e Inclusão Social, podemos observar que a natureza desses trabalhos, em sua maioria, se preocupa basicamente com aspectos da Educação Matemática no contexto da Educação Especial.

O mesmo cenário se mostra ao enfocarmos os trabalhos submetidos, apresentados e aprovados nas edições: (i) VII, realizada em 2018 na cidade Foz do Iguaçu, estado do Paraná; e (ii) VI, realizada em 2015 na cidade de Pirenópolis, estado de Goiás, do Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (SIPEM), relacionados com o GT 13, uma vez que a composição dos eixos de submissão de trabalhos ao SIPEM acompanha a composição dos grupos de trabalhos partícipes da Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

Contudo, somente em 2019 foi realizado o primeiro evento nacional sob responsabilidade do GT 13, o Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (ENEMI), na cidade do Rio de Janeiro. E, como dito anteriormente, estamos interessados em investigar, a partir dos anais das três primeiras edições do ENEMI, se e como pesquisadores⁵ da área têm promovido articulações entre a Educação Matemática e o campo dos Estudos de Gênero e Sexualidades como uma pauta da Educação Matemática Inclusiva.

Vale ressaltar que os Estudos de Gêneros é um campo com muitas produções, mas, dentro da Educação Matemática, pouco se discute a partir desse viés. Em particular, há poucas pesquisas que trabalham com as questões de gênero fugindo do binarismo cisgênero e, quando se trata de sexualidades, isso é ainda mais aparente (Hygor Batista Guse; Esquinca, 2022).

⁵ Neste artigo, optamos pelo uso da linguagem neutra e inclusiva, quando o termo/palavra se refere às pessoas das quais a identidade de gênero é desconhecida. Reiteramos, desse modo, um posicionamento político contrário à universalização do masculino e desejamos a escrita de um texto mais inclusivo e respeitoso em termos de gênero.

Dessa forma, é válido questionar se esses diálogos aparecem quando pensamos em inclusão. Assim, desejamos investigar e refletir sobre as produções no campo da Educação Matemática Inclusiva no Brasil, tomando como referência os anais do evento dessa área em suas três edições, ocorridas entre os anos de 2019 e 2023, o Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (ENEMI).

Por meio da análise, em conformidade com Marília Costa Morosini, Lorena Machado do Nascimento e Egeslaine de Nez (2021), a pesquisa propõe a construção de um estado de conhecimento sobre Educação Matemática Inclusiva, a fim de compreender como as produções desse campo sugerem uma interlocução com os Estudos de Gênero e Sexualidades no âmbito dos ENEMI.

Metodologia

Em termos metodológicos e em conformidade com Morosini, Nascimento e Nez (2021), a presente investigação propõe a construção de um estado de conhecimento sobre Educação Matemática Inclusiva, objetivando compreender como as produções desse campo sugerem uma interlocução com os Estudos de Gêneros e Sexualidades no âmbito das três edições do Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva realizadas até o presente momento.

Compartilhamos da percepção de Morosini e Cleoni Maria Barboza Fernandes (2014) sobre a definição de estado de conhecimento. As autoras, sobre isso, afirmam que a metodologia em questão se baseia em identificar, registrar e categorizar as produções de um determinado campo de estudo. Assim, a construção de um estado de conhecimento se tornou uma metodologia comum em pesquisas brasileiras, especialmente na área da Educação, contribuindo significativamente com os estudos que se desenvolvem conforme o desejo de compreender e refletir sobre as produções de uma área, de acordo com um recorte espacial e temporal (Morosini, 2015; Morosini; Nascimento; Nez, 2021).

No trabalho acadêmico, o conhecimento e suas relações com a vida prática é uma ferramenta de trabalho: por isso, concebe-se o estado do conhecimento como uma matéria formativa e instrumental que favorece tanto a leitura da realidade, quanto em relação a aprendizagens da escrita e da formalização metodológica para desenvolvimento do percurso investigativo de cada pesquisador (Morosini; Nascimento; Nez, 2021, p. 76).

Dessa forma, entendemos como compatível a proposta metodológica do estado do conhecimento com o intuito aqui delineado. Contudo, vale ressaltar os diversos desafios que podem ser enfrentados em sua utilização. Em destaque, esse uso requer um domínio de pesquisadore sobre o campo selecionado para a

investigação, assim como do tema delimitado e sua trajetória enquanto um objeto de estudo, além de ser inegável a existência de elementos que podem influenciar e pesquisadore na sua reflexão (Morosini; Nascimento; Nez, 2021). Portanto, é necessário considerar as influências internas e externas de pesquisadore sobre sua produção, como, por exemplo, a sua universidade de origem (Morosini; Fernandes, 2014) e a alocação delu nos sistemas de classificação e hierarquização de objetos entendidos como legítimos e importantes no campo científico.

Em um processo de investigação científica, inicialmente, espera-se que ê pesquisadore, constituído por crenças e saberes, passe pela ruptura de seus pré-conceitos sobre o tema proposto, com o objetivo de se dispor a construir o conhecimento com uma análise das produções selecionadas para realização do estado do conhecimento (Morosini, 2015). Em seguida, a autora destaca, como etapas dessa investigação, a construção e a verificação do modelo de análise.

Assim, quando há como proposta a construção de um estado de conhecimento, é necessário se atentar para alguns passos de pesquisa. Conforme asseveram Morosini, Nascimento e Nez (2021), existem seis passos cruciais para essa construção. Primeiramente, espera-se delinear quais as fontes de materiais serão utilizadas. Nesse escopo, é comum a utilização de teses e dissertações, mas também podem ser selecionados artigos em periódicos e anais de eventos. Diante disso, o próximo passo é a escolha de palavras-chave ou descritores que direcionarão a busca e a seleção do corpus de análise. Feito isso, ê pesquisadore deve fazer uma bibliografia anotada, que, na explicação das autoras, organiza as produções encontradas (com título, autories, ano e resumo) e que farão parte da análise. Essa elaboração é importante para que, se necessário, ê responsável pela pesquisa tenha acesso às informações das bibliografias selecionadas, assim como para que, possivelmente, aconteça a releitura dos resumos dessas obras (Morosini; Nascimento; Nez, 2021).

No que segue, é substancial a elaboração de uma bibliografia sistematizada: aqui, são exploradas as informações adicionais – a critério da pessoa que está fazendo a pesquisa, se atentando a itens que agregarão dados sobre os trabalhos. Alguns exemplos dessas informações são: objetivo do trabalho, metodologia empregada e resultados – nos textos encontrados, de modo a garantir uma visão mais ampla sobre o campo que estamos investigando. Com tais movimento realizados, o próximo passo é construir uma bibliografia categorizada, na qual os trabalhos são reagrupados na tabela da bibliografia sistematizada, em categorias que devem ser conceituadas/explicadas e podem ser definidas antes ou depois da análise dos textos

ou de forma híbrida, na qual a definição ocorre em ambos os contextos. Por fim, as autoras relatam a importância de uma análise textual sobre os trabalhos mapeados e categorizados (Morosini; Nascimento; Nez, 2021).

Por conseguinte, neste trabalho, tomamos como fonte de busca os anais do Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (ENEMI), nas suas três edições realizadas até o presente momento, ocorridas nos anos de 2019, 2020 e 2023. Com as fontes materiais selecionadas, foi realizada uma leitura dos títulos de todos os trabalhos que compõem os anais do evento, em cada uma de suas edições, de modo a selecionar aqueles que possivelmente discutem a ampliação do enfoque do campo da Educação Matemática Inclusiva para além do público da Educação Especial, especialmente para pensar acerca das questões de gênero e sexualidades. Assim, quando o título demonstrava a possibilidade de interlocuções entre o campo mencionado com questões envolvendo tais marcadores, os trabalhos eram alocados na bibliografia anotada, cujos dados levantados foram título, ano de publicação, autoria e resumo.

Com isso, foram lidos os resumos dos trabalhos previamente selecionados. Mediante a leitura, fez-se necessário excluir alguns escritos conforme os seguintes critérios: (i) o trabalho não reflete sobre aspectos importantes para essa pesquisa e (ii) o trabalho não explora a perspectiva da inclusão articulada com questões de gênero e sexualidade. É salutar pontuar que muitos trabalhos envolviam marcadores não desejáveis para a proposta dessa pesquisa, assim como alguns trabalhavam com a relação entre mais de um marcador. No segundo caso, se gênero ou sexualidade compusesse a relação, então o artigo permaneceria no *corpus* para futura análise. Dessa forma, os artigos restantes compuseram a bibliografia sistematizada, na qual a modalidade do escrito (relato de experiência ou comunicação oral, quando explicitada), os marcadores sociais da diferença tratados e o link da publicação se tornaram informações adicionais da tabela.

Sendo assim, estabelecemos as categorias “Educação Matemática Inclusiva e as questões de gênero”, “Educação Matemática Inclusiva e as questões de sexualidade” e “Educação Matemática Inclusiva e a intersecção entre gêneros e sexualidades”. Logo, os trabalhos da bibliografia sistematizada foram agrupados de acordo com tais categorias, compondo, portanto, nossa bibliografia categorizada. Vale explicar que alguns trabalhos poderiam estar presentes em mais de uma categoria, mas os alocamos naquela que melhor condizia com o título e resumo do escrito.

Por fim, realizamos a leitura na íntegra dos trabalhos da bibliografia selecionada e categorizada, de modo a compreender como se situa a discussão entre

o campo da Educação Matemática Inclusiva com as questões de gênero e sexualidades e como as autorias promovem tais discussões, a fim de elaborar nossa análise textual. Desse modo, espera-se elucidar, também, as lacunas e as fissuras dessas produções na introdução do campo e do tema delimitados.

Construção do estado de conhecimento

O I Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (I ENEMI) foi realizado em 2019, no Rio de Janeiro. O evento, a priori, surgiu com o intuito de demarcar um espaço nacional de discussões acerca da Educação Matemática Inclusiva e, portanto, colaborar com o desenvolvimento de práticas docentes inclusivas, assim como pesquisas na área, dialogando sobremaneira com o campo da Educação Especial (Clélia Maria Ignatius Nogueira; Cláudia de Segadas Coelho Viana; Esquincalha; Fernanda Malinosky Coelho da Rosa; Fábio Alexandre Borges, 2019). Nota-se que, a partir da análise dos anais dessa edição, aconteceram duas mesas redondas (MR) que discutiram a diversidade de modo genérico, sem intenção de debater questões de gênero e sexualidades no âmbito da Educação Matemática Inclusiva, em específico.

Particularmente, as MR do evento tinham como objetivo trazer à tona debates com interlocuções entre as temáticas da Inclusão e da Educação Matemática, nas quais debatedorias especialistas seriam as convidadas (Nogueira et al., 2019). Dessa forma, a partir de uma temática central, cada especialista conseguiria vocalizar como pensa o debate em tela. À vista disso, na MR5, intitulada “Formação de professores para a diversidade”, em que Esquincalha, Borges e Ana Lúcia Manrique (2019) expuseram suas contribuições para a discussão, o primeiro palestrante evidencia a relevância de expandir o campo da Educação Matemática Inclusiva, de modo a pensarmos também nas questões de gênero, sexualidade, raça, religião e afins.

Da mesma forma, na MR6, “Educação Matemática e os Direitos Humanos para pessoas socialmente excluídas”, os palestrantes foram Geraldo Eustáquio Moreira, Edmar Reis Thiengo e Rosa (2019), na qual o segundo expositor remontou um olhar para as diferenças e desigualdades na escola, evocando a necessária articulação entre os processos inclusivos e a reflexão sobre questões de gênero e sexualidades. Nessa mesma direção, a terceira palestrante evidenciou a substancialidade e a necessidade de um olhar mais abrangente no campo da Educação Matemática Inclusiva, colocando que esse precisa ir além da lente especificada pela Educação Especial.

Vale pontuar que, nos anais do evento, foram publicados trabalhos como comunicações científicas e relatos de experiência, mas nenhum desses caminham em direção à perspectiva da inclusão, em conformidade com o trato das questões de gênero e sexualidades nas aulas de matemática. Entretanto, três trabalhos discutem ser impreterível considerar as questões étnico-raciais no campo da Educação Matemática Inclusiva, rompendo com a exclusividade de diálogo com a Educação Especial. De certo, com esse cenário em tela, a Plenária Final do evento aprova “Criar um espaço específico para discussões sobre questões étnico-raciais e de gênero” para a próxima edição, que ocorreria em 2020 (Nogueira et. al., 2019, p. 15).

O II Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (II ENEMI) ocorreu em 2020, de forma remota, como consequência da pandemia da covid-19, sendo a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), de Vitória da Conquista, responsável por coordenar as ferramentas online que foram utilizadas (Nogueira; Roberta D’Angela Menduni-Bortoloti; Jurema Lindote Botelho Peixoto; Rosa; Esquincalha, 2020). Es autories informam que quase todos os estados brasileiros foram representados no evento, evidenciando mais uma vez a representatividade do espaço para o campo da Educação Matemática Inclusiva – e, portanto, justificando novamente o porquê da escolha dos seus anais como fonte de pesquisa na construção desse estado de conhecimento.

Vale destacar, ademais, que há um diferencial na estrutura dessa segunda edição do evento. Em particular, na tentativa de abarcar também es professories da Educação Básica nas discussões, se incluiu na programação algumas sessões chamadas “Mesa de Experiência”, desejando visibilizar as experiências delus e garantir sua participação nos debates. Nas palavras des autories, essa edição se delineou “(...) segundo os objetivos: debater pesquisas sobre temáticas específicas e socializar experiências em sala de aula ou outros ambientes visando uma Educação Matemática Especial e Inclusiva, ou seja, ‘para todos’” (Nogueira et. al., 2020, p. 9).

Outrossim, em consonância com a Plenária Final da primeira edição, na programação do evento teve um espaço dedicado às discussões sobre a interlocução entre Educação Matemática com as questões de gêneros e étnico-raciais. Para tanto, ocorreu a MR 8 – “Educação Matemática, Relações Étnico-Raciais e de Gênero”, composta por José Ricardo Marques dos Santos, Ana Cledina Rodrigues Gomes e Delton Aparecido Felipe e mediada por Rosa (Nogueira et. al., 2020); no entanto, as discussões não se voltaram para as questões de gênero.

Já em relação aos 146 trabalhos aprovados nesse evento, não houve publicações (comunicação científica ou relato de experiência) nos anais do II ENEMI

que discutissem sobre questões de gênero e sexualidades. Porém, ressalva-se que foram encontrados trabalhos que propõem a ampliação do campo da Educação Matemática Inclusiva para o diálogo com outros marcadores sociais, ao tratar sobre relações étnico-raciais, vulnerabilidade social e pessoas idosas.

O III Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva (III ENEMI), por sua vez, ocorreu em 2023, presencialmente, no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), campus Vitória. Thiengo e Thamires Belo de Jesus (2023), no relatório produzido sobre essa edição, explicam que podemos pensar a Educação Matemática Inclusiva de forma mais ampla, abarcando as múltiplas realidades e particularidades dos indivíduos.

Assim, pensando a Educação Inclusiva de forma ampla, destacamos que esta objetiva alcançar uma diversidade de grupos que historicamente são privados do acesso à educação, como a população negra, as mulheres, as pessoas LGBTI+, além das pessoas apoiadas pela Educação Especial (...) (Thiengo; Jesus, 2023, p. 1).

Dessa forma, é demarcado um espaço dentro do campo da Educação Matemática Inclusiva para o trato das questões de gênero e sexualidades, assim como outros marcadores sociais da diferença. Para tal finalidade, Thiengo e Jesus (2023) contam que outros grupos, além das pessoas com deficiências, também são condicionados social e culturalmente a impasses no acesso e na permanência – nas escolas e fora delas.

Com isso, a terceira edição do ENEMI foi repleta de trabalhos e propostas que discutem e propõem interlocuções entre o campo em questão e as questões de gênero, sexualidades e demais marcadores, em comparação com as edições anteriores. Um fato que ilustra essa afirmativa, além do quantitativo de trabalhos, foi a realização da MR 02 – “Gênero e sexualidade na educação matemática”, na qual Esquincalha mediu o debate entre Anna Luisa de Castro, Thiengo e Vanessa Franco Neto (Thiengo; Jesus, 2023). Acerca dos anais, 19 trabalhos compuseram a bibliografia selecionada, conforme evidencia o Quadro 1, nos moldes anteriormente mencionados na metodologia deste trabalho.

Quadro 1: Bibliografia selecionada e categorizada no III ENEMI

Categoria	Título	Autoria (Ano)
Educação Matemática Inclusiva e as questões de gênero	Reflexões sobre expectativas e possíveis impedimentos ou desafios que mulheres (que ensinam Matemática) tem encontrado em sua ascensão acadêmica e profissional	Geisa Abreu Lira Corrêa dos Santos; Rosa (2023)
	Questões de gênero e práticas com robótica e na área STEAM na Educação Básica: reflexões sobre os foregrounds de meninas	Juliana Ramos; Denner Dias Barros (2023)

	"Estudos de Gênero: o que a matemática tem a ver com isso?": desdobramentos a partir de um curso de extensão	Guse; Esquincalha (2023)
	Desigualdades de Gênero nas Licenciaturas em Matemática: mito ou realidade?	Isabelle Steffânia Carvalho de Campos Bueno; Thiengo (2023)
	Transexualidade, travestilidade e Educação Matemática: Perspectivas e Possibilidades	Erikah Pinto Souza; Esquincalha (2023)
	Domínio e Imagem das Relações de Gênero em Livros Didáticos de Matemática: um estado do conhecimento	Rivison Soares de Souza Lima; Janivaldo Pacheco Cordeiro; Thiengo (2023)
	Masculinidades e feminilidades em educação matemática. Como os estereótipos de gênero influenciam no estudo de matemática?	Débora Azevedo de Castro Borba; Esquincalha (2023)
	Influência da religião nas escolhas das mulheres: os impactos na trajetória de professoras de Matemática	Carolina Salviano; Esquincalha (2023)
	Corpos que (re)existem transformam o ensino de Matemática	Jéssica Maria Oliveira de Luna (2023)
Educação Matemática Inclusiva e as questões de sexualidade	(Des)aflorescimentos do eu nas escolas: um breve estudo sobre a sexualidade LGBTQ+ nas aulas e pela Educação Matemática	Luciano Araujo Lemos-Junior; Esquincalha (2023)
	Lives no YouTube como fomento para reflexão docente sobre processos de exclusão/inclusão de pessoas LGBTQ+ nas aulas de matemática	Glauber Carvalho da Silva; Esquincalha (2023)
	O conceito de casal na Combinatória: uma discussão sob a perspectiva da Educação Matemática	Daniel Bazolli dos Santos; G. Santos; Guse; Vitor Hugo Matias dos Santos (2023)
	Silenciamentos de professores de matemática diante de possíveis violências sofridas por crianças e adolescentes	Paulo Roberto Pereira Junior; Thiengo (2023)
	Educação Matemática nas discussões contra a violência sexual de crianças com deficiência intelectual: uma revisão sistemática de literatura	Gilson Abdala Prata Filho; Thiengo (2023)

Educação Matemática Inclusiva e a intersecção entre gêneros e sexualidades	Questões sociais em sala de aula: uma tentativa de discutir sobre gênero, sexualidade e meritocracia	Luiz Fernando Harthcapf Sobrinho; Natália Mayume Soares Moriya; João Ricardo Viola dos Santos (2023)
	Gêneros e sexualidades desviantes: perspectivas de pós-graduandos e egressos em Educação Matemática	João Gabriel Souza Freitas; Rosa (2023)
	Educação Matemática para a diversidade sexual e de gênero: apresentando o MatematiQueer	Silva; Santos; Renata Arruda Barros; Esquincalha (2023)
	Práticas Pedagógicas Antimachistas e AntiLGBTI+fóbicas para o Ensino de Matemática	Carolina Salviano Bezerra; Barros (2023)
	"Corpos dissidentes" na Educação [Matemática]: problematizações acerca do gênero e da sexualidade no ensino de Matemática	Eduardo Mariano da Silva; Freitas; Fernando Helder Cassimiro da Silva (2023)

Fonte: Elaboração dos autores.

Por conseguinte, os trabalhos mapeados e dispostos na bibliografia categorizada foram lidos na íntegra e serão discutidos, a seguir, na análise textual.

Analizando os trabalhos selecionados

É salutar explicar que, na categoria “Educação Matemática Inclusiva e as questões de gênero”, foram alocados trabalhos que evocam para o centro do debate o trato das questões de gênero, para problematizar e sugerir intervenções sobre (pela) Educação Matemática. Logo, busca-se a inclusão de todos os corpos, com respeito às performatividades de gênero de cada indivíduo na (aula de) Matemática.

Nessa direção, Santos e Rosa (2023) refletem sobre as dificuldades que mulheres encontram na ascensão acadêmica e profissional no campo da Matemática – a partir de inquietações oriundas de vivências da primeira autora nos seus estudos e docência –, na tentativa de romper com a associação desse campo com o masculino. Elas entendem que existem fatores culturais que interferem e, possivelmente, impedem a expectativa de meninas e mulheres na Matemática, uma vez que é atribuída às mulheres uma lógica do cuidado – muitas vezes vinculada à maternidade – que as desassocia do campo profissional e acadêmico. Assim, as autoras sugerem que mudanças estruturais ocorram no âmbito social e político, para

que as necessidades das mulheres sejam atendidas e elas consigam, com mais facilidade, acessar e permanecer nos espaços da academia e do mercado de trabalho. Ainda, elas enfatizam a importância de pesquisas sobre o tema.

Em mesma direção, Borba e Esquincalha (2023) acreditam que os estereótipos de gênero, que ditam uma feminilidade e uma masculinidade hegemônica, é uma possível explicação para a carência de mulheres nas áreas de STEM⁶, uma vez que é construída a ideia de que meninos são bons em Matemática e as meninas não. Assim, a pesquisa de mestrado da primeira autora busca investigar se há um endereçamento de feminilidade e masculinidade na percepção de alunas e alunos sobre quais corpos podem produzir Matemática. Dessa forma, será possível traçar estratégias para que as aulas de Matemática sejam mais inclusivas e representativas às meninas.

Vale colocar, sobre isso, que Bueno e Thiengo (2023) associam a desigualdade de gênero no campo social e na Matemática como resultado do processo de colonização vivenciado pelo Brasil, no qual gênero era um marcador importante que ditava/diferenciava as experiências vividas pelas indivíduos. Com isso, a autora e o autor desejam explicitar o marco da colonização sobre o pensamento generificado de quem é bom ou não na Matemática. Afinal, social e culturalmente são associados ao homem a racionalidade e, às mulheres, a sensibilidade (Borba; Esquincalha, 2023; Bueno; Thiengo, 2023). Portanto, tem-se como intuito de pesquisa de doutoramento da primeira autora compreender de que forma as licenciadas em Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo enxergam a representatividade de mulheres no curso e, consequentemente, elencar como ocorrem as desigualdades de gênero a partir da perspectiva dessas licenciadas (Bueno; Thiengo, 2023)

Assim sendo, cabe refletir sobre o trabalho de Ramos e Barros (2023), no qual é discutido como os aspectos culturais, operados para a segregação de mulheres no campo profissional e acadêmico, podem ser contornados por projetos extensionistas e de pesquisa, de modo a colaborar no desenvolvimento de perspectivas mais amplas (com mais caminhos possíveis) para o futuro, os *foregrounds*. Destacadamente, a proposta da autora e do autor é compreender como a prática com robótica pode

⁶ STEM – em Língua Inglesa, Science, Technology, Engineering and Mathematics – é uma sigla muito utilizada na literatura internacional para se referir às áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM, em Língua Portuguesa).

impactar o futuro de mulheres e meninas, explorando um campo das áreas STEAM⁷ que elas podem ocupar.

Diante desse mesmo contexto, o artigo de Salviano e Esquincalha (2023) apresenta uma questão importante que ainda pode influenciar as trajetórias de vida de mulheres: a religião. Em particular, o trabalho denuncia a falta de representatividade de mulheres negras na Educação Matemática e discute sobre a importância de ressignificar essa área como um ambiente mais inclusivo e transgressor dos estereótipos de gênero e raciais, numa perspectiva interseccional, assim como aponta o perigo de discursos proferidos por representantes religiosos que buscam reafirmar um local de submissão das mulheres. Desse modo, comungando da ideia de que as religiões guiam os seus discípulos em nome da fé, a primeira autora se propõe, na pesquisa de doutorado, a uma investigação sobre a interferência de discursos proferidos por líderes religiosos – especificamente de determinadas denominações evangélicas, nas escolhas profissionais de mulheres por carreiras nas ciências ditas exatas.

No escrito de Lima, Cordeiro e Thiengo (2023), por sua vez, foram investigadas as *imagensnarrativas* sobre gênero nos livros didáticos de Matemática, a partir de um estado do conhecimento sobre teses e dissertações que trabalham com essa temática. Como resultado, nota-se que as obras de Matemática buscam marginalizar as diferenças e reafirmam estereótipos de gênero construídos e fincados no tecido social: predomina-se homens brancos e cristãos ocupando espaços de poder e presentes no espaço público, enquanto as mulheres são sub-representadas e alocadas ao trabalho de cuidado, associadas à família, casamento e tarefas do lar, demarcando a ocupação do espaço privado. Os autores, ademais, alertam sobre a resistência de pais e políticos em relação ao trato das questões de gênero e sexualidades nas escolas e a ideia de neutralidade da Matemática como possíveis argumentos para esse cenário. Além disso, eles comentam sobre a necessidade de professorias que ensinam Matemática estarem preparadas para tratar essas questões.

Decerto, Souza e Esquincalha (2023) contribuem para o debate em questão. A primeira autora, uma mulher trans, relata parte de sua trajetória na escola, marcada por diversas violências, evidenciando o quão impreterível é pensar na transexualidade e travestilidade quando se fala de inclusão, tanto na escola, quanto na (Educação)

⁷ STEAM – em Língua Inglesa, Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics – é uma sigla muito utilizada na literatura internacional para se referir às áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (CTEAM, em Língua Portuguesa).

Matemática, por esse ser um campo entendido excludente e, ainda, marcado por discriminações. Cabe destacar, ainda, que a negligência dos direitos das pessoas trans e travestis nas escolas e na (pela) Matemática, conquistados pelos movimentos sociais organizados dessa população, reafirma uma preocupação sobre a formação de professorias (que ensinam Matemática) (Souza; Esquincalha, 2023). Para essa autora e esse autor, somente quando as questões de gênero e sexualidades estiverem presentes nas discussões do campo da Educação Matemática é que corpos trans e travestis poderão ser vislumbrados, com respeito, nesses espaços.

Nesse caminho, partindo da percepção de que o campo da (Educação) Matemática ainda contém a ilusória ideia de neutralidade, como se fosse possível se abster de aspectos sociopolíticos, o texto de Guse e Esquincalha (2023) investiga um curso voltado à formação de professorias que ensinam Matemática, na tentativa de sensibilização e preparo ao trato das questões de gênero e sexualidades em sua atuação. Intitulada como “Estudos de Gênero: o que a matemática tem a ver com isso?”, a formação ofertada pelo grupo de pesquisa e extensão “MatematiQueer: Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática” (sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro) demonstra a necessidade de alçar debates que deslegitimem a posição discriminatória que o campo da (Educação) Matemática se situa, em relação aos corpos que dissidem de uma (cis)heteronormatividade. Os autores partem, para tanto, da substancialidade de debates sobre questões de gênero e sexualidades nas escolas e, particularmente, nas aulas de Matemática, além da carência de uma formação adequada para o trato dessas questões, concordando com Lima, Cordeiro e Thiengo (2023) e Souza e Esquincalha (2023). Dessa forma, é delineado o projeto de doutorado do primeiro autor, no qual serão analisados os resultados do curso, a partir da experiência das professorias participantes (Guse; Esquincalha, 2023).

Por fim, em seu texto, Luna (2023) discute o processo formativo de licenciandas em Matemática, como parte de sua tese já defendida. Para tanto, a autora traz narrativas de duas mulheres que, enquanto corpos políticos, resistem na (pela) Educação Matemática. No primeiro momento, se discute como processos desiguais e generificados de Ensino da Matemática se refletem em desigualdades de gênero na ocupação de espaços no campo dessa ciência masculinizada, eurocêntrica e branca. Assim sendo, Luna (2023) coloca a decolonialidade como um caminho possível e necessário para romper com hegemonias postas (segundo o colonizador), auxiliando, portanto, na diversificação do campo da Matemática. Com isso, a partir das narrativas, são discutidos processos de inclusão de mulheres na Matemática que se fizeram

presentes na trajetória acadêmica e formativa das interlocutoras. Ainda, é trabalhado como a presença desses corpos políticos nesse campo sugere mudanças e possibilita discussões acerca de pessoas marginalizadas socialmente, colaborando com a inclusão e justiça social.

Na categoria “Educação Matemática Inclusiva e as questões de sexualidade”, por sua vez, encontram-se trabalhos que problematizam o campo da (Educação) Matemática enquanto um espaço que negligencia o debate dessas questões e que permanece contribuindo na reverberação de preconceitos destinados às pessoas que fogem da (cis)heteronormatividade hegemônica, que é o caso da população LGBTI+.

Desse modo, Silva e Esquincalha (2023) buscam elucidar a indispensabilidade de tratar as questões de gênero e sexualidades nas escolas e (aulas de) Matemática, para combater a LGBTfobia muitas vezes presente nos ambientes educacionais e deslegitimar processos de exclusão na disciplina em questão. Os autores acreditam, assim, no potencial da Educação (Matemática) para transgredir os ideais LGBTfóbicos que pairam socialmente, influenciando o posicionamento e a atuação das instituições de ensino. Assim, eles defendem não ter como falar de inclusão sem pensar também nos marcadores de gênero e sexualidade, pois incluir não é apenas garantir o acesso, mas também possibilitar a permanência dos corpos. Portanto, é salutar que haja mudanças sobre a forma de ensinar Matemática, da mesma maneira que se faz importante o trabalho das questões de gênero e sexualidades nas escolas, a fim de que as diferenças não se tornem desigualdades (Silva; Esquincalha, 2023).

Comungando dessa proposta, Lemos-Junior e Esquincalha (2023) discutem a importância de pluralizar o campo da (Educação) Matemática, de modo que as múltiplas identidades consigam ocupar esses espaços e seja facilitado a inserção de corpos que dissonam da heteronormatividade nessa área de estudo e nas escolas. Em particular, os autores desejam investigar como é possível reconhecer e garantir o protagonismo das pessoas LGBT+ nas instituições de ensino a partir das aulas de Matemática. Para tanto, eles se baseiam em autorias que discutem as questões de sexualidade no contexto escolar e o papel da Educação Matemática, na tentativa de discutir a necessidade do diálogo entre os dois campos para se falar de inclusão.

A partir da proposta desses autores, vale comentar o trabalho de D. Santos, G. Santos, Guse e V. Santos (2023). Nesse, é proposta uma discussão sobre exercícios de análise combinatória que legitimam e reverberam ideais sociais formadas sobre o que se entende como casal. Desse jeito, é explicitado como a lógica da (cis)heteronormatividade ainda é refletida nas escolas e na (pela) Matemática. Com isso em mente, se interpela a desconstrução da percepção hegemônica sobre casal

– que se constitui em uma dupla de pessoas do mesmo gênero, desconsiderando casais homossexuais, não monogâmicos e demais possibilidades de gêneros e estrutura. Afinal, dado que a escola possui grande influência sobre as construções do conhecimento dos alunos, ensinar, explicita ou implicitamente, uma unicidade/universalidade sobre a definição de casal sugere, ao mesmo tempo, a impossibilidade de reconhecer os afetos, as amorosidades e as constituições familiares de pessoas que não se enquadram na (cis)heteronormatividade (D. Santos; G. Santos; Guse; V. Santos, 2023).

Ademais, o trabalho de Pereira-Junior e Thiengo (2023) se dedica a investigar os diálogos possíveis entre a Educação Matemática e a prevenção do abuso sexual infantil, se entrelaçando especialmente com o campo da Educação Sexual: proposta da dissertação de mestrado do primeiro autor. Os autores partem da concepção de que falar sobre abuso sexual e atuar na sua prevenção é um dever da Escola e, portanto, abordagens interdisciplinares, que perpassam por diversas disciplinas, tornam-se substanciais. Assim, as aulas de Matemática não podem se isentar no trato dessas questões. Entretanto, o levantamento realizado por Pereira-Junior e Thiengo (2023) ilustra a escassez de produções sobre essa temática no campo em tela. No que se refere aos textos encontrados, eles perceberam a presença de uma discussão sobre temas da Educação Sexual em investigações envolvendo conceitos matemáticos. Além disso, denotam a negligência da capacitação de docentes para discutirem sobre abuso sexual, embora essas discussões sejam potentes na prevenção. Vale mencionar que, a partir deste texto, é discutido a responsabilidade dos professores que ensinam Matemática na abordagem de temas socioculturais, alocando-e também como um sujeito político e problematizando a concepção outrora mencionada da suposta neutralidade da Matemática.

Nesse mesmo caminho, Prata-Filho e Thiengo (2023) ao compreenderem que crianças com deficiência intelectual podem apresentar mais dificuldades em entender situações de abuso, os autores remontam a necessidade de discutir sobre sexualidades com esse público. Dessa forma, se realizou um levantamento, na tentativa de encontrar trabalhos que versassem sobre a Educação Matemática, crianças com deficiência intelectual e a abordagem sobre sexualidades para tais. Como resultado, eles apontam a penúria de discussões que posicionam os professores que ensinam Matemática frente ao trato da sexualidades desse público em suas aulas, uma vez que se associa frequentemente essa abordagem ao ensino das Ciências Biológicas. Além disso, Prata-Filho e Thiengo (2023) notaram que os trabalhos envolvendo crianças com deficiência intelectual na Educação Matemática

se privam a discutir processos de ensino e aprendizagem de conceitos específicos da disciplina, se afastando de discussões sobre os diferentes contextos sociais, de modo a desmazelar-se a construção do senso democrático e crítico desses alunos.

Indo adiante, a categoria “Educação Matemática Inclusiva e a interseção entre gêneros e sexualidades” abarca trabalhos que estabelecem como preocupação a inclusão envolvendo tanto o marcador de gênero quanto o de sexualidade. Não propomos a categoria interseccionalidade para diferenciar esses trabalhos, pois, embora seja possível a leitura desses com a lente interseccional, nem todos evocaram o conceito de interseccionalidade ou o introduziram.

Assim, Harthcapf Sobrinho, Moriya e Santos (2023) relatam experiências vividas com o estágio a partir da tentativa de trabalhar questões de gênero, sexualidades e meritocracia com alunos da Licenciatura em Matemática. Em especial, a primeira autora menciona como a lógica meritocrática ainda molda a perspectiva de sucesso escolar dos alunos, como reflexo do contexto sociocultural o qual eles estão inseridos. Com isso, se diz que a desconstrução dessa lógica precisa estar presente na formação de professorias. Nessa mesma linha, o segundo autor discute como os discursos que colocam a Matemática como uma ciência neutra e a bagagem cultural de alunos da licenciatura representam uma barreira para o trato das questões de gênero e sexualidades pelas aulas dessa disciplina. Essa conclusão, por sua vez, muito se alinha com outros trabalhos aqui discutidos (Lima, Cordeiro e Thiengo, 2023; Guse; Esquincalha, 2023). Um ponto interessante é que Harthcapf Sobrinho, Moriya e Santos (2023) problematizam a associação de neutralidade à Matemática segundo a História da Matemática e Educação Matemática, evidenciando o poderio estabelecidos por (e dados a) esses campos.

Nesse sentido, Bezerra e Barros (2023) relatam suas experiências como mediadoras de uma formação para licenciandos em Matemática que objetivava o incentivo às práticas antimachistas e antiLGBTI+fóbicas. Para tanto, as autoras contam sobre a necessidade de desconstruir os discursos normalizadores, que alocam a Matemática em um campo neutro e, conseqüentemente, reverberam hegemonias produzidas por essa ciência. Destaca-se, sobre isso, o argumento de que as escolas possuem o dever de acolher a diversidade humana, enfatizando a diversidade de gênero e sexual, para que todos os indivíduos sejam incluídos. Na oficina em questão, Bezerra e Barros apresentaram respaldos legais para o trato das questões de gênero e sexualidades, uma vez que muitas professorias sentem medo de trabalhar essas questões em suas salas de aula.

Distintamente dos trabalhos até então mencionados e discutidos, o escrito de Silva, Freitas e Silva (2023) traz ao centro do debate como o *cistema*⁸ heteronormativo discrimina os corpos de professories que ensinam Matemática. Para esses autores, a partir da heteronormatividade, são (inter)ditadas as possibilidades de quem pode ensinar Matemática e em quais condições de indumentárias e performatividade, de modo a invisibilizar, violentar e matar es dissidentes da norma (im)posta. O trabalho argumenta que, nas aulas de Matemática, não se faz presente somente os conteúdos matemáticos, pois muito se ensina além disso. Em destaque, diversos preconceitos são evocados e ensinados nas aulas dessa disciplina, por exemplo, no ato de reforçar estereótipos de gênero e sexualidades. Desse modo, Silva, Freitas e Silva (2023) defendem a interlocução entre Educação Matemática e os Estudos de Gênero e Sexualidades, para que sejam problematizados os constructos acerca de quais corpos são desejados para ensinar Matemática e, também, seja garantido a inibição de processos de exclusão nas aulas dessa disciplina, fundamentados pela LGBTQIA+fobia.

Essa defesa, decerto, se alinha ao anseio de Freitas e Rosa (2023), de que haja mais visibilidade às pessoas LGBTQIA+ ou que se identificam com gêneros e sexualidades desviantes em pesquisas acadêmicas, especialmente quando se trata da Educação Matemática. Por isso, o primeiro autor deseja, em sua pesquisa de mestrado, produzir um *podcast* com as narrativas de pós-graduandes em Educação Matemática que se identificam como parte desse público, a fim de compreender como *bullying*, pré-conceitos e discriminações afetaram/afetam seus corpos. O diálogo sobre questões de gênero e sexualidades é de suma relevância para a instituição/formação de pessoas respeitosas (Freitas; Rosa, 2023). Para esse autor e essa autora, os pré-conceitos ainda presentes na formação des professories que ensinam Matemática colaboram com os processos desiguais que es acompanham nas suas (sobre)vivências e atuação docente. Portanto, a discussão sobre gêneros e sexualidades na formação dessus professories é essencial, para que não haja discriminação e os pré-conceitos e *bullying* deixem de se perpetuar (Freitas; Rosa, 2023).

Com isso em tela, o trabalho de Silva, Santos, Barros e Esquincalha (2023) tem muito a contribuir. Seguindo, é discutida a necessidade de trabalhar com as questões de gênero e sexualidades nas aulas de Matemática, para que esses contextos sejam,

⁸ “Utilizamos *cistema* como crítica [a] heterossexualidade compulsória que toma a cisgeneridade como padrão, a qual é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento” (Silva; Freitas; Silva, 2023, p. 2).

de fato, mais inclusivos, além de contribuir para a permanência da diversidade sexual e de gênero nas escolas. Da mesma forma, é relatada a negligência dos cursos de licenciatura acerca do preparo dos (futuros) professores para que esse trabalho se realize, conforme literaturas analisadas. Assim sendo, a atuação do grupo MatematiQueer é apresentada como uma fonte de discussão e possibilidade na formação e sensibilização de professores que ensinam Matemática, diante das questões mencionadas. Entretanto, os ataques conservadores (dentro e fora da universidade) sofridos pelo grupo revelam as mazelas sociais que dificultam uma Educação Inclusiva e as discussões a favor do respeito à diversidade sexual e de gênero dos indivíduos (Silva et. al, 2023). Felizmente, o grupo permanece resistindo e incomodando, de modo a contribuir para as interlocuções entre Educação Matemática e os Estudos de Gênero(s) e Sexualidade(s).

Discutindo os resultados

Vale ressaltar que esta pesquisa admite como intuito a construção de um estado de conhecimento sobre o campo da Educação Matemática Inclusiva relacionado às questões de gênero e sexualidades. Assim, se esperava encontrar as lacunas e fissuras presentes nessa interlocução, da mesma maneira que se desejava compreender se a concepção de inclusão presente nesse campo considerava as questões de gênero e sexualidades. Com isso, tomar como referência as três edições do Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva, o maior evento da área, foi substancial para a investigação, uma vez que esse encontro tem como objetivo propiciar debates e reflexões entre pesquisadoras, estudantes, professores e sociedade para a elaboração e a manutenção do campo da Educação Matemática Inclusiva. Ali, se anseia encontrar os caminhos de pesquisa para essa área.

Dessa forma, foi evidenciada a centralidade da Educação Matemática Inclusiva em diálogo com a Educação Especial, Elemento que comprova isso é o fato de os trabalhos que discutem a ampliação do público-alvo desse campo de estudo ainda serem um grupo minoritário, embora de muita relevância e em crescimento. Enquanto, nos anais da primeira edição do ENEMI, em 2019, se interpelaram somente as questões direcionadas à raça para a (re)elaboração da concepção de inclusão, na segunda edição, em 2020, outros marcadores sociais da diferença entraram em cena no debate, tais como a faixa etária e a vulnerabilidade social. De fato, gêneros e sexualidades não eram, então, trazidos à tona. Todavia, nos anais do III ENEMI, em 2023, houve uma aparição expressiva de (19) trabalhos que desejavam refletir sobre a impreteribilidade de discutir sobre gêneros e sexualidades na busca por inclusão na

(pelas aulas de) Matemática, evidenciando a emergência de alçar debates sobre a temática. Esses escritos compuseram a bibliografia categorizada do estado de conhecimento que construímos.

Para além do histórico do evento, que, ao longo das três edições, trouxe mesas redondas que conversavam sobre a necessidade desse debate, acreditamos que a criação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Grupo de Pesquisa e Extensão “MatematiQueer⁹: Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática”, em 2020, é um marco importante para compreender a razão da repentina mudança nos anais do evento em questão. Algo que se evidencia, especialmente por alguns trabalhos mencionarem ações realizadas pelo grupo no contexto das discussões sobre gêneros e sexualidades na Educação Matemática (Bezerra; Barros, 2023; Guse; Esquincalha, 2023; Ramos; Barros, 2023; Santos; Rosa, 2023; Silva; Esquincalha, 2023; Silva et. al., 2023).

Acreditamos que outro marco para esse debate é a ampliação de estudos e debates sobre gêneros e sexualidades no âmbito social, revelando influências externas à produção dos pesquisadores. Tais debates contribuem para o letramento na área, a ponto de estimular novas questões e garantir reflexões antes não pensadas, envolvendo esses marcadores sociais da diferença. Isso se evidencia, por sua vez, quando alguns dos trabalhos, que representam pesquisas de mestrado ou doutorado em andamento, sugerem que a pergunta de pesquisa se construiu a partir das (sobre)vivências das autoras, autores ou autoras no campo da (Educação) Matemática, por vezes marcada por processos de discriminação e exclusão.

A análise dos trabalhos, portanto, revela ser necessário ampliar a concepção de inclusão, de modo a garantir que a diversidade sexual e de gênero seja incluída e permaneça nos espaços escolares – e, destacadamente, nas aulas de Matemática. Dessa forma, entendemos haver a necessidade de reconhecimento dos Estudos de Gênero e Sexualidades como escopo das preocupações da Educação Matemática Inclusiva, para que a inclusão e a permanência de mulheres, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, transgênero ou não-binárias seja uma pauta de quem se preocupa com questões inclusivas no campo da Educação Matemática. Assim, é necessário reafirmar e visibilizar esse público nas pesquisas, tal como garantir sua presença na (Educação) Matemática e nos diversos espaços que ela atua.

⁹ Mais informações sobre o grupo em: <http://www.matematiqueer.org>.

Notamos que muitos trabalhos discutem sobre a presença de mulheres na (Educação) Matemática, denunciando a construção masculinizada desse campo. Na mesma medida, percebemos uma quantidade notável de trabalhos que buscam refletir sobre a formação de professorias que ensinam Matemática, sugerindo haver negligência por parte dos currículos desses cursos, frente à sensibilização e ao preparo para as questões de gênero e sexualidade que perpassam o contexto escolar, tais como as aulas de Matemática. Sobre isso, ressalta-se a denúncia feita por Taveira e Peralta (2022), ao investigarem as orientações normativas para a formação inicial de professorias de Matemática para as questões de gênero e sexualidade.

Outro ponto marcante e que merece apontamento é a problematização da pseudoneutralidade¹⁰ da Matemática, pois essa ideia dificulta notar os processos discriminatórios perpetuados pela (Educação) Matemática, a partir da influência da (cis)heteronormatividade, que estabelecem hegemonias nessa ciência. Para mais, compreendemos que as discussões sobre as questões de gêneros e sexualidades no campo da Educação Matemática Inclusiva ainda carecem de um olhar sensível para a não-binaridade, pois nenhum dos trabalhos analisados discutem especificamente sobre as realidades de pessoas que não se compreendem ou se identificam na binaridade de gênero, embora alguns trabalhos tenham utilizado a linguagem neutra. Além disso, apenas um trabalho (Souza; Esquincalha, 2023) trouxe para o centro do debate questões relativas à transexualidade e travestilidade, evidenciando outra lacuna nas investigações publicizadas no ENEMI que discutem questões de gênero e sexualidades no campo da Educação Matemática.

Ademais, nenhum trabalho se utilizou da interseccionalidade enquanto uma categoria analítica¹¹ para desenvolver a interlocução entre marcadores sociais da diferença na tentativa de promover debates sobre inclusão; embora alguns trabalhos convocassem para suas respectivas análises ou para o debate erguidos mais de um marcador social, evocando, de forma implícita, o debate interseccional, como no caso de Salviano e Esquincalha (2023), ao relacionarem gênero, religião e raça. Outrossim, Silva e Esquincalha (2023) comentam que é importante articular outros marcadores ao gênero e sexualidade, isto é, que importa o uso da mirada interseccional. Ainda,

¹⁰ Demarcamos o prefixo “pseudo” para tratar a associação da Matemática enquanto um campo neutro, pois desejamos reiterar que esse campo não se isenta de questões políticas, culturais, econômicas e sociais. Pelo contrário, a Matemática – sim, em maiúscula e no singular, para registrar que estamos nos referindo àquela que se faz presente, majoritariamente, na academia e na Educação Básica – ainda é perpassada por processos desiguais, que buscam ditar quais corpos lhe ocupam, baseados na (cis)heteronormatividade. Desse modo, “pseudoneutralidade” é o melhor termo para se referir ao que desejamos.

¹¹ Utilizando, por exemplo, a perspectiva de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021).

Silva, Freitas e Silva (2023) afirmam que a presença da heteronormatividade nas aulas de Matemática pode estar associada a outras questões, envolvendo raça, classe social, territorialidade etc., evocando, igualmente, a lente interseccional. Nesse sentido, ao pensarmos nas temáticas que permeiam/perpassam as questões de gênero e sexualidades (Taveira; Peralta, 2022), ao discutirmos as preocupações dos debates em Educação Matemática Inclusiva, se apresenta como uma necessidade nos atentarmos ao debate interseccional, pois tal debate pode oferecer subsídios para melhor compreendermos os fenômenos relacionados a essas questões.

Entre as considerações finais e uma defesa intransigente

Em termos de considerações finais, diante dos resultados desta pesquisa de estado do conhecimento, cremos ser possível – e necessário – defender a necessidade, pertinência e urgência de adotarmos uma compreensão ampla de Educação Matemática Inclusiva, considerando, principalmente – mas não somente –, as discussões sobre gêneros e sexualidades e suas relações com os processos de produção, ensino e aprendizagem de Matemática, pois tais discussões são componentes fundamentais, quando pensamos em ações e práticas formativas pela Matemática que podem agir como mecanismos de exclusão em sentido micro e macro. Ademais, tais discussões são importantes e indispensáveis nos nossos tempos, pois corroboram o ideário de não neutralidade da Matemática “em nossa realidade sócio-histórica-cultural” (Taveira, 2023, p. 90), tão alimentado por alguns setores da sociedade civil no âmbito da opinião pública.

De forma intransigente, portanto, defendemos que, se entendermos Educação Matemática Inclusiva como aquela Educação Matemática que reúne perspectivas que fazem frente às diversas formas de exclusão, por um lado, e que as questões de gênero e sexualidades, enquanto questões que historicamente e atualmente foram e são utilizadas para práticas de exclusão de pessoas, por outro, então, as temáticas que perpassam as questões de gênero e sexualidades devem estar no escopo de uma Educação Matemática que se queira – ou se intitule – Inclusiva.

Referências

BEZERRA, Carolina Salviano; BARROS, Renata Arruda. Práticas pedagógicas antimachista e antiLGBTI+fóbicas para o ensino de Matemática. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 3, 2023, Vitória-ES.

Anais... Brasília: SBEM, 2023. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2270/1922>. Acesso em: 13 maio 2024.

BORBA, Débora Azevedo de Castro; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. Masculinidades e feminilidades em educação matemática. Como os estereótipos de gênero influenciam no estudo de matemática? *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2386/1858>. Acesso em: 13 maio 2024.

BUENO, Isabelle Steffânia Carvalho de Campos; THIENGO, Edmar Reis. Desigualdades de Gênero nas Licenciaturas em Matemática: mito ou realidade?. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2330/1863>. Acesso em: 13 maio 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Traduzido por Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição (Org.). **Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática**: tensionamentos e possibilidades. 1. ed. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2022. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ebook/ebook28.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição; BORGES, Fábio Alexandre; MANRIQUE, Ana Lúcia. Formação de professores para a diversidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 1, 2019, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Brasília: SBEM, 2019. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/ENEMI2019/paper/view/1127/1098>. Acesso em: 13 maio 2024.

FREITAS, João Gabriel Souza; ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da. Gêneros e sexualidades desviantes: perspectivas de pós-graduandos e egressos em Educação Matemática. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2321/1862>. Acesso em: 13 maio 2024.

GUSE, Hygor Batista; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. Por uma Educação Matemática Desviante das (Cis-hetero) normas: o que dizem as pesquisas envolvendo pessoas LGBTI+? **BOLEMA**, Rio Claro, v. 36, n. 74, p. 944-970, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v36n74a01>. Acesso em: 13 maio 2024.

GUSE, Hygor Batista; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. “Estudos de Gênero: o que a matemática tem a ver com isso?”: desdobramentos a partir de um curso de extensão. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2324/1853>. Acesso em: 13 maio 2024.

HARTHCAPF SOBRINHO, Luiz Fernando; MORIYA, Natália Mayume Soares; SANTOS, João Ricardo Viola dos. Questões sociais em sala de aula: uma tentativa de discutir sobre gênero, sexualidade e meritocracia. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2285/1861>. Acesso em: 13 maio 2024.

LEMOS-JUNIOR, Luciano Araujo; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. (Des)aflorescimentos do *eu* nas escolas: um breve estudo sobre a sexualidade LGBTQ+ nas aulas e pela Educação Matemática. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2375/1857>. Acesso em: 13 maio 2024.

LIMA, Rivison Soares de Souza; CORDEIRO, Janivaldo Pacheco; THIENGO, Edmar Reis. Domínio e Imagem das Relações do Gênero em Livros Didáticos de Matemática: um estado do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2362/1865>. Acesso em: 13 maio de 2024.

LUNA, Jéssica Maria Oliveira de. Corpos que (re)existem transformam o Ensino de Matemática. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2209/1934>. Acesso em: 20 maio 2024.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio; THIENGO, Edmar Reis; ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da. Formação de professores para a diversidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 1, 2019, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Brasília: SBEM, 2019. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/ENEMI2019/paper/view/1128/1099>. Acesso em: 13 maio 2024.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação, Santa Maria**, v. 40, n. 1, p. 101 - 116, 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-64442015000100101&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 08 maio 2024.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul-dez, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>. Acesso em: 09 maio 2024.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 55, p. 69-81, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946>. Acesso em: 07 maio 2024.

NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius; MENDUNI-BORTOLOTTI, Roberta D'Angela; PEIXOTO, Jurema Lindote Botelho; ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. O II Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva – II ENEMI. Relatório. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 2, 2020, Vitória da Conquista-BA. **Anais...** Brasília: SBEM, 2020. Disponível em:

<https://www.sbemrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/ENEMI2020/paper/view/2143/1504>. Acesso em: 13 maio 2024.

NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius; VIANA, Cláudia de Segadas Coelho; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição; ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da; BORGES, Fábio Alexandre. Um evento histórico: o que foi e como aconteceu o I Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva – ENEMI. Relatório. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 1, 2019, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Brasília: SBEM, 2019. Disponível em: <https://www.sbemrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/ENEMI2019/paper/view/1119/1501>. Acesso em: 13 maio 2024.

PERALTA, Deise Aparecida. Nísia Floresta: uma voz por reconhecimento das mulheres na história do currículo. **Zetetiké**, Campinas, v. 30, s.n., p. 1-13, 2022a. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/zet.v30i00.8667895>. Acesso em: 13 maio 2024.

PERALTA, Deise Aparecida. Mulheres, matemática e a proposta curricular das "escolas de primeiras letras": uma perspectiva da ética discursiva habermasiana. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 28, s.n., p. 1-18, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320220016>. Acesso em: 13 maio 2024.

PEREIRA-JUNIOR, Paulo Roberto; THIENGO, Edmar Reis. Silenciamentos de professores de matemática diante de possíveis violências sofridas por crianças e adolescentes. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbemrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2358/1864>. Acesso em: 20 maio 2024.

PRATA-FILHO, Gilson Abdala; THIENGO, Edmar Reis. Educação Matemática nas discussões contra a violência sexual de crianças com deficiência intelectual: Uma Revisão Sistemática de Literatura. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbemrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2316/1850>. Acesso em: 20 maio 2024.

RAMOS, Juliana; BARROS, Denner Dias. Questões de gênero e práticas com robótica e na área STEAM na Educação Básica: reflexões sobre os foregrounds de meninas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbemrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2233/1871>. Acesso em: 20 maio 2024.

SALVIANO, Carolina; ESQUINCALHA, Agnaldo. Influência da religião nas escolhas das mulheres: os impactos na trajetória de professoras de Matemática. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbemrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2299/1852>. Acesso em: 13 maio de 2024.

SANTOS, Daniel Bazolli dos; SANTOS, Geisa Abreu Lira Corrêa dos; GUSE, Hygor Batista; SANTOS, Vitor Hugo Matias dos. O conceito de casal na Combinatória: uma discussão sob a perspectiva dos Estudos de Gênero em Educação Matemática. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023,

Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em:

<https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2385/1866>. Acesso em: 13 maio 2024.

SANTOS, Geisa Abreu Lira Corrêa dos; ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da. Reflexões sobre expectativas e possíveis impedimentos ou desafios que mulheres (que ensinam Matemática) tem encontrado em sua ascensão acadêmica e profissional. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2185/1790> . Acesso em: 13 maio 2024.

SANTOS, Paula Cristina Constantino; TAVEIRA, Flavio Augusto Leite; PERALTA, Deise Aparecida. O Falso Reconhecimento de Mulheres na História da Matemática. **Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 15, n. 40, p. 1-22, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.46312/pem.v15i40.16550>. Acesso em: 13 maio 2024.

SBEM. Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Anais dos Encontros Nacionais de Educação Matemática. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/sbembrasil/index.php/anais/enem>. Acesso em 13 maio 2024.

SILVA, Eduardo Mariano da; FREITAS, João Gabriel Souza; SILVA, Fernando Helder Cassimiro da. “Corpos dissidentes” na Educação [Matemática]: problematizações acerca do gênero e da sexualidade no ensino de Matemática. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2356/1867>. Acesso em: 13 maio 2024.

SILVA, Glauber Carvalho da; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. Lives no YouTube como fomento para reflexão docente sobre processos de exclusão/inclusão de pessoas LGBT+ nas aulas de matemática. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2388/1860>. Acesso em: 13 maio 2024.

SILVA, Glauber Carvalho da; SANTOS, Vitor Hugo Matias dos; BARROS, Renata Arruda; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. Educação Matemática para a diversidade sexual e de gênero: apresentando o MatematiQueer. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2337/1859>. Acesso em: 13 maio 2024.

SOUZA, Erikah Pinto; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. Transexualidade, travestilidade e Educação Matemática: Perspectivas e Possibilidades. *In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA*, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2345/1856>. Acesso em: 13 maio 2024.

TAVEIRA, Flavio Augusto Leite; PERALTA, Deise Aparecida. Curriculum Guidelines for Mathematics degree and Gender and Sexuality issues in Brazil. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, São Paulo, v. 13, n. 6, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26843/rencima.v13n6a32>. Acesso em: 13 maio 2024.

TAVEIRA, Flavio Augusto Leite. **Reconhecimento e Redistribuição**: um estudo (comparativo) das Injustiças Curriculares relacionadas ao provimento de questões de Gênero e Sexualidade na Formação Inicial de Professoras/es de Matemática. 105p. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023.

THIENGO, Edmar Reis; JESUS, Thamires Belo de. III Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva – III ENEMI. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 3, 2023, Vitória-ES. **Anais...** Brasília: SBEM, 2023. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/ocs/index.php/ENEMI/enemi2023/paper/view/2823/1958>. Acesso em: 13 maio 2024.

Submetido em maio de 2024

Aceito em junho de 2024